

VIDROPORTO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Notas explicativas às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Vidroporto S.A.  
Porto Ferreira - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vidroporto S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vidroporto S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto a seguir, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Desta forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos a seguir, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

## Revisão da vida útil e valor residual do ativo imobilizado

---

Conforme Notas Explicativas nºs 9.f e 18 às demonstrações contábeis, a Companhia revisa periodicamente as estimativas e premissas, tais como vida úteis e valores residuais, utilizadas para mensuração de seus ativos, em especial para determinar a vida útil econômica das máquinas, equipamentos e instalações, base para o cálculo dos encargos de depreciação.

Adicionalmente, a Companhia utiliza premissas e julgamentos para determinar o valor residual estimado de venda desses ativos no futuro. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos impactam de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda dos ativos. Dessa forma, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

## Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das estimativas de vida útil econômica e da determinação do valor residual das máquinas, equipamentos e instalações.

Avaliamos os julgamentos exercidos pela Companhia e consideramos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar a adequação da estimativa de vida útil econômica as máquinas, equipamentos e instalações e do valor residual esperado desses ativos com base nas estratégias e planos de negócios da Companhia. Recalculamos os encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício e o valor residual atribuído no registro inicial do ativo.

Avaliamos a adequação do nível de divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a determinação das estimativas de vida útil econômica e a determinação do valor residual das máquinas, equipamentos e instalações, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



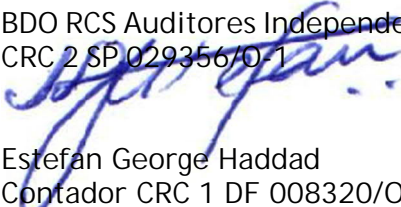
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 29 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 029356/O-1

  
Estefan George Haddad  
Contador CRC 1 DF 008320/O-5 - S - SP

VIDROPORTO S.A.

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em Reais)

Ativo					Passivo e patrimônio líquido				
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		2018	2017	2018			2018	2017	2018
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	12	63.946.032	27.517.050	64.163.968	Fornecedores	20	19.243.811	20.873.112	19.808.495
Contas a receber de clientes	13	104.209.384	60.155.883	104.209.384	Empréstimos e financiamentos	21	54.086.265	15.864.477	54.086.265
Estoques	14	33.683.736	25.944.056	35.595.082	Debêntures a pagar	22	2.515.369	28.666.983	2.515.369
Impostos a recuperar	15	1.237.632	2.508.188	27.284.769	Instrumentos financeiros derivativos	30	-	1.532.797	-
Imposto de renda e contribuição social	16	935.421	50.644	935.421	Salários, férias e encargos a pagar		4.478.120	4.176.345	4.578.411
Despesas antecipadas		789.419	1.076.584	789.419	Impostos e contribuições sociais a recolher	23	11.575.652	10.371.638	12.313.116
Outros investimentos		5.390.417	8.338.564	5.390.417					
Outros créditos		2.126.621	1.579.897	2.140.666					
		212.318.662	127.170.866	240.509.125	Dividendos e juros sobre capital próprio		7.153.376	8.185.437	7.153.376
Não circulante					Outras contas a pagar		1.676.186	447.047	1.676.186
Realizável a longo prazo							100.728.780	90.117.836	102.131.219
Instrumentos financeiros derivativos	30	8.715.212	82.138	8.715.212	Passivo não circulante				
Impostos a recuperar	15	2.604.994	2.238.876	2.877.300	Empréstimos e financiamentos	21	93.968.629	11.356.559	93.968.629
Outros créditos		449.320	415.924	458.420	Debêntures a pagar	22	194.939.321	73.373.382	194.939.321
		11.769.526	2.736.938	12.050.932	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	87.160.215	28.886.417	87.160.215
Investimentos	17	292.202.483	203.209	202.993	Provisão para contingências	29	2.105.641	1.874.960	2.116.483
Imobilizado	18	246.699.815	252.493.961	511.267.580			378.173.807	115.491.318	378.184.648
Intangível		223.013	120.542	596.894	Patrimônio líquido	24			
		550.894.837	255.554.650	524.118.399	Capital social		171.803.649	140.191.227	171.803.649
					Ágio sobre a emissão de novas ações		-	2.238.505	-
					Reserva legal		9.013.778	7.335.563	9.013.778
					Reserva de retenção de lucros		103.493.486	27.351.067	103.494.230
					Total do patrimônio líquido		284.310.913	177.116.362	284.311.657
					Total do passivo		478.902.586	205.609.154	480.315.867
Total do ativo		763.213.499	382.725.516	764.627.524	Total do passivo e patrimônio líquido		763.213.499	382.725.516	764.627.524

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# VIDROPORTO S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		2018	2017	2018
Receita operacional líquida	25	269.172.552	249.555.001	269.213.277
Custos dos produtos vendidos	26	(184.797.867)	(163.707.623)	(192.229.847)
Lucro bruto		84.374.685	85.847.378	76.983.430
Receitas/(despesas) operacionais				
Administrativas e gerais	27	(14.153.548)	(10.560.022)	(17.236.581)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas		247.211	(16.866)	2.842.094
Ganho por compra vantajosa		130.396.471	-	130.396.471
Equivalência patrimonial	17	(7.879.405)	-	-
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas e impostos		192.985.414	75.270.490	192.985.414
Receitas financeiras	28	41.097.031	9.445.448	41.097.031
Despesas financeiras	28	(61.390.217)	(30.139.863)	(61.390.217)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		172.692.227	54.576.075	172.692.227
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	16	(2.671.865)	(5.176.524)	(2.671.865)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	16	(58.273.798)	(13.247.280)	(58.273.798)
Lucro líquido do exercício		111.746.565	36.152.271	111.746.565

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# VIDROPORTO S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

---

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
Lucro líquido do exercício	111.746.565	36.152.271	103.867.159
Resultado abrangente total	111.746.565	36.152.271	103.867.159

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# VIDROPORTO S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Capital social	Ágio sobre a emissão de novas ações	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	95.519.401	2.238.505	5.527.949	44.671.829	-	147.957.684
Aumento de capital com reservas	44.671.826	-	-	(44.671.826)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	36.152.271	36.152.271
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	1.807.614	-	(1.807.614)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(831.078)	(831.078)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(6.162.515)	(6.162.515)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	27.351.064	(27.351.064)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	140.191.226	2.238.505	7.335.563	27.351.067	-	177.116.361
Aumento de capital com reservas	29.589.572	(2.238.505)	-	(27.351.067)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	111.746.565	111.746.565
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	1.678.215	-	(1.678.215)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.317.647)	(1.317.647)
Dividendos mínimos obrigatórios	2.022.851	-	-	-	(5.257.217)	(3.234.366)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	103.493.486	(103.493.486)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	171.803.649	-	9.013.778	103.493.486	-	284.310.912

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# VIDROPORTO S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	111.746.565	36.152.271	111.746.565
Ajustes para conciliar o lucro às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	15.560.722	11.918.717	15.560.722
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.671.865	5.176.524	2.671.865
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58.273.798	13.247.280	58.273.798
Resultado na venda de ativo imobilizado	15.101	726	15.101
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(400.307)	(46.064)	(400.307)
Constituição de provisão para contingências	230.681	472.599	230.681
Ajuste a valor presente do contas a receber	405.540	(928.814)	405.540
Ajuste a valor presente de fornecedores	149.238	(179.659)	149.238
Provisão para perdas de estoques	-	-	8.014.423
Realização do custo de transação	166.604	1.043.624	166.604
Instrumentos financeiros derivativos	(10.165.871)	(3.839.520)	(10.165.871)
Rendimento de aplicações financeiras	(3.288.106)	(2.058.382)	(3.288.106)
Equivalência patrimonial	7.879.405	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	22.186.019	26.831.202	22.186.019
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	11.678.825	(430.818)	11.678.825
Aquisição de controlada - ativos identificáveis, líquidos	(296.419.553)	-	(296.419.553)
Variação em contas a receber de clientes	(44.053.501)	22.767.939	(44.053.501)
Variação em estoques	(7.739.680)	5.191.068	(9.099.702)
Variação em impostos a recuperar	904.438	(10.070)	1.004.796
Variação em imposto de renda e contribuição social	(884.777)	(5.578.512)	(884.777)
Variação em despesas antecipadas	(1.866.003)	(276.896)	(1.866.003)
Variação em outros créditos	(580.120)	812.997	(163.478)
Variação em fornecedores	(1.629.301)	(4.812.779)	(1.529.793)
Variação em salários, férias e encargos a pagar	301.775	361.619	404.019
Variação em impostos e contribuições sociais a recolher	1.204.014	(3.613.878)	(1.525.470)
Variação em outras contas a pagar	1.229.139	-	1.229.139
Variação em outros investimentos	2.948.147	(8.338.564)	2.948.147
<b>Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais</b>	<b>(129.475.343)</b>	<b>93.862.610</b>	<b>(132.711.080)</b>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(9.766.576)	(44.248.573)	(9.772.245)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	(3.459.342)	-	-
Aquisição de intangível	(129.161)	(53.889)	(129.161)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(13.355.079)</b>	<b>(44.302.462)</b>	<b>(9.901.406)</b>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos tomados	152.064.884	14.225.850	152.064.884
Aumento de capital	2.022.851	-	2.022.851
Debêntures tomadas	200.000.000	-	200.000.000
Pagamento de debêntures	(113.642.448)	(23.817.545)	(113.642.448)
Custos de transação relacionado a empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.660.989)	-	(2.660.989)
Provisão de dividendos e juros sobre capital próprio	(6.574.864)	(3.226.345)	(6.574.864)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(5.386.357)	-	(5.386.357)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(46.563.673)	(43.234.635)	(46.563.673)
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos</b>	<b>179.259.404</b>	<b>(56.052.675)</b>	<b>179.259.404</b>
<b>Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>36.428.982</b>	<b>(6.492.528)</b>	<b>36.646.918</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	27.517.050	34.009.578	27.517.050
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	63.946.032	27.517.050	64.163.968
<b>Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>36.428.982</b>	<b>(6.492.528)</b>	<b>36.646.918</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Vidroporto S.A. (“Companhia ou Controlada”) são entidades domiciliadas no Brasil. O endereço da Companhia é na Rodovia Anhanguera, km 226,8, localizada, na cidade de Porto Ferreira, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social, a produção, industrialização, comércio, importação e exportação de embalagens de vidro em todas as suas modalidades, bem como matérias primas e componentes para essas finalidades e a prestação de serviços e assistência técnica no campo de tais atividades, podendo ainda participar do capital de outras sociedades como sócia ou acionista.

2. Entidades do grupo

Controladas diretas	País	Participação	
		2018	2017
Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.	Brasil	100%	-

Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.

A controlada tem sua sede e foro no município de Estância de Sergipe, na Rodovia BR 101, KM 142. A entidade tem como objeto social a fabricação de artigos de vidro destinado a quaisquer finalidades, inclusive como partes, peças e acessórios, embalagens de vidro em geral, fabricação de moldes em geral, o beneficiamento, a comercialização, a representação por conta própria ou de terceiros e a distribuição, no mercado interno e externo, de seus produtos ou de terceiros e a distribuição, no mercado interno e externo, de seus produtos ou de terceiros.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3. Aquisição de controladas

Em 26 de outubro de 2018, a Companhia obteve o controle da Indústria Vidreira do Nordeste Ltda. (“IVN”), ao adquirir 100% das quotas do capital social dessa entidade da Ipiaram Empreendimentos e Participações Ltda. e Saint-Gobain Vidros S.A.

A aquisição de controle da IVN permitirá a Companhia aumentar seu volume de produção de vidros para atendimento ao mercado do Nordeste. Espera-se que a aquisição possibilite a Companhia maior participação no mercado de vidro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 da controladora e consolidado  
(Em Reais)

## (a) Contraprestação transferida

A contraprestação transferida foi de R\$ 166.023.082 através da transferência de recursos financeiros. Para financiar essa operação, a Companhia obteve recursos através da 2ª emissão de debêntures, conforme descrito na nota explicativa nº 22.

## (b) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela, a seguir, resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

Descrição	Valor
Caixa e equivalentes de caixa	168.371
Estoques	8.565.506
Impostos a recuperar	26.409.822
Outros créditos	57.219
Imobilizado	264.562.097
Intangível	373.881
Fornecedores	(436.478)
Salários, férias e encargos a pagar	(7.294)
Impostos e contribuições sócias a recolher	(3.262.729)
Provisão para contingências	(10.842)
 Total dos ativos identificáveis, líquido	 296.419.553

## (i) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

- Imobilizado - Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
- Estoques Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os estoques.

## (c) Ganho por compra vantajosa

O ganho por compra vantajosa reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Descrição	Valor
Contraprestação transferida	166.023.082
Valor justo dos ativos identificáveis, líquidos	(296.419.553)
 Ganho por compra vantajosa	 130.396.471

4. Base de consolidação

a. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b. Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

c. Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

d. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

5. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Administração em 29 de março de 2019. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 9.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

6. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em reais, exceto quando indicado de outra forma.

7. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 13 - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 16 - Mensuração do imposto de renda e da contribuição social;
- Nota explicativa nº 18 - Vida útil do ativo imobilizado; e
- Nota explicativa nº 29 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);



- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros.

## 8. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

## 9. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

### a. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de juros de ajuste a valor presente das contas a receber, reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 da controladora e consolidado  
(Em Reais)

---

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Idade (anos)	Taxa (%)
Edificações	6 a 59	1,69 a 16,67
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 29	3,45 a 16,67
Móveis e utensílios	6 a 14	7,14 a 16,67
Veículos	6 a 14	7,14 a 16,67

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativo intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

h. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e sua controlada são parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia e sua controlada estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros investimentos, instrumentos financeiros derivativos e outros créditos.

O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização. Quando necessário, a Administração constitui provisão em montante considerado suficiente para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (aqueles adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo) são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado;
- Custo amortizado: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos.

A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e pagar e outras contas a pagar.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(iii) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido no estatuto, são reconhecidos como passivo ou retidos. Vide nota explicativa nº 24.

i. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo.



Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

l. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

#### 10. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram as demonstrações contábeis da Companhia. O efeito da aplicação inicial dessas normas está descrito abaixo:

##### (a) CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. Para as atividades da Companhia e sua controlada, não houve o impacto nas demonstrações contábeis do referido exercício.

(b) CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, temos os seguintes comentários:

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48/IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia e sua controlada relacionadas a passivos financeiros. Para uma explicação de como a Companhia classifica e mensura os instrumentos financeiros e contabiliza os ganhos e perdas relacionados conforme o CPC 48/IFRS 9, veja Nota explicativa nº 30. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

IAS 39 / CPC 38	IFRS 9 / CPC 48
VJR (mantido para venda)	VJR (residual)
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Mantido até o vencimento	VJORA para dívidas
Disponível para venda (residual)	VJORA para instrumento de patrimônio

(ii) Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de 'perdas incorridas' da IAS 39 por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'.

O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39. Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 não apresentou alterações nas provisões constituídas pela Companhia.

11. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

(i) IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil).

A nova norma substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Administração avaliou os impactos da adoção da referida norma em suas demonstrações contábeis e não espera ter efeitos significativos.

(ii) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 da controladora e consolidado  
(Em Reais)

- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; e
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS. - IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poder/iam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

## 12. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
Caixa	18.555	26.185	18.555
Saldo bancário	7.528.507	1.048.021	7.746.443
Aplicações financeiras de curto prazo	56.398.970	26.442.844	56.398.970
Caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa	<u>63.946.032</u>	<u>27.517.050</u>	<u>64.163.968</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, aplicadas em bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 30.

## 13. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
Contas a receber - no país	106.213.501	62.154.767	106.213.501
Menos:			
Ajuste a valor presente - AVP	(1.430.393)	(1.024.853)	(1.430.393)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(573.724)	(974.031)	(573.724)
Total	<u>104.209.384</u>	<u>60.155.883</u>	<u>104.209.384</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
Créditos a vencer	105.874.442	60.523.208	105.874.442
Créditos em atraso de 01 a 30 dias	29.007	265.790	29.007
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	7.537	24.445	7.537
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	8.335	-	8.335
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	-	39.779	-
Créditos em atraso acima de 181 dias	294.180	1.301.545	294.180
Total	<u>106.213.501</u>	<u>62.154.767</u>	<u>106.213.501</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 da controladora e consolidado  
(Em Reais)

As perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas contas a receber de clientes em aberto provisionando prováveis perdas no saldo com percentual progressivo, baseado no prazo em que as contas a receber se encontram em aberto.

#### Movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa

Saldo da provisão em 1º de janeiro de 2018	974.031
Reversão da provisão durante o exercício	(400.307)
Saldo da provisão em 31 de dezembro de 2018	<u>573.724</u>

#### Movimentação do ajuste a valor presente - AVP

Saldo em 1º de janeiro de 2018	1.024.853
Ajuste durante o exercício	405.540
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.430.393</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas é divulgada na nota explicativa nº 30.

### 14. Estoques

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
Produtos acabados	14.429.071	10.446.825	14.429.071
Matérias-primas	10.352.619	8.481.953	10.493.019
Combustíveis	177.592	182.465	298.425
Material de embalagem	458.960	297.134	458.960
Materiais de manutenção	4.494.913	3.695.971	5.582.082
Materiais auxiliares	2.836.340	1.878.552	3.283.970
Outros materiais - insumos	934.241	961.156	1.049.555
Total	<u>33.683.736</u>	<u>25.944.056</u>	<u>35.595.082</u>

### 15. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
COFINS	110.887	146.457	18.261.947
ICMS	2.904.720	4.169.333	6.443.673
PIS	24.074	31.797	4.610.032
IRRF	769.580	399.478	782.971
Outros	33.365	-	63.447
	<u>3.842.626</u>	<u>4.747.064</u>	<u>30.162.070</u>
Circulante	1.237.632	2.508.188	27.284.769
Não circulante	2.604.994	2.238.876	2.877.300
	<u>3.842.626</u>	<u>4.747.064</u>	<u>30.162.070</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 da controladora e consolidado  
(Em Reais)

## 16. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

## a. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas.

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
Ativo circulante			
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	935.421	50.643	935.421
Ativo de impostos diferidos			
Instrumentos financeiros derivativos - NDF´s	551.131	521.151	551.131
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	(3.512.202)	-	(3.512.202)
Provisão para contingências	349.257	270.825	349.257
Ajuste a valor presente do contas a receber	401.766	348.350	401.766
Ganho compra vantajosa IVN	(44.334.800)	-	(44.334.800)
	<u>(46.544.848)</u>	<u>1.140.326</u>	<u>(46.544.848)</u>
Passivo de impostos diferidos			
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	(2.102)	(2.102)	(2.102)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(10.343)	(61.084)	(10.343)
Provisão e depreciação por diferenças de taxas	(40.602.922)	(29.963.557)	(40.602.922)
Passivo de impostos diferidos	<u>(40.615.367)</u>	<u>(30.026.743)</u>	<u>(40.615.367)</u>
Saldo líquido	<u>(87.160.215)</u>	<u>(28.886.417)</u>	<u>(87.160.215)</u>

## Movimentação das diferenças temporárias durante o exercício:

	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Reconhecidos no resultado do exercício	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Instrumentos financeiros derivativos - NDF´s	521.151	29.980	551.131
Provisão para contingências	270.825	78.432	349.257
Ajuste a valor presente do contas a receber	348.350	53.416	401.766
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	(2.102)	-	(2.102)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(61.084)	50.741	(10.343)
instrumentos Financeiros derivativos SWAP	-	(3.512.203)	(3.512.203)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(29.963.557)	(10.639.364)	(40.602.921)
Ganho compra vantajosa IVN	-	(44.334.800)	(44.334.800)
Impostos diferidos (líquido)	(28.886.417)	(58.273.798)	(87.160.215)
Efeito no resultado	-	(58.273.798)	-

## b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 da controladora e consolidado  
(Em Reais)

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	172.692.227	54.576.075	172.692.227
(-) Deduções de juros sobre capital próprio	5.257.217	(831.078)	5.257.217
	<u>177.949.444</u>	<u>53.744.997</u>	<u>177.949.444</u>
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	60.502.811	18.273.299	60.502.811
Exclusões / Adições permanentes:	<u>442.852</u>	<u>150.505</u>	<u>442.852</u>
	60.945.663	18.423.804	60.945.663
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(2.671.865)	(5.176.524)	(2.671.865)
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos	(58.273.798)	(13.247.280)	(58.273.798)
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>

## 17. Investimentos

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
Eletrobras	202.993	202.993	202.993
Embraer	-	216	-
IVN - Industria Vidraceira do Nordeste Ltda.	291.999.490	-	-
Total	<u>292.202.483</u>	<u>203.209</u>	<u>202.993</u>

	IVN - Industria Vidraceira do Nordeste Ltda.
Participação (%)	100%
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2018	-
Aquisição de investimento (nota explicativa nº 3)	296.419.553
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	3.459.342
Equivalência patrimonial	<u>(7.879.405)</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	<u>291.999.490</u>

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 da controladora e consolidado  
(Em Reais)

18. Imobilizado

Controladora	Terrenos e edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Bens de reparo e conservação	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2017	34.827.453	229.563.388	461.571	1.865.523	1.031.845	-	267.749.780
Adições	18.245	488.598	-	34.067	50.067.326	2.401.597	53.009.833
Alienações	-	(836)	-	-	-	-	(836)
Transferências	2.581.397	48.364.994	-	-	(50.946.391)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	37.427.095	278.416.144	461.571	1.899.590	152.780	2.401.597	320.758.777
Adições	-	-	-	-	10.195.734	(429.158)	9.766.576
Transferências	1.458.478	5.824.506	21.344	256.822	(7.164.299)	(396.851)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	38.885.573	284.240.650	482.915	2.156.412	3.184.215	1.575.588	330.525.353
Depreciação:							
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(2.283.932)	(52.885.262)	(206.614)	(977.615)	-	-	(56.353.423)
Depreciação no exercício	(505.585)	(11.247.401)	(20.895)	(137.622)	-	-	(11.911.503)
Alienações	-	110	-	-	-	-	110
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.789.517)	(64.132.553)	(227.509)	(1.115.237)	-	-	(68.264.816)
Depreciação no exercício	(550.635)	(14.849.715)	(20.894)	(139.478)	-	-	(15.560.722)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.340.152)	(78.982.268)	(248.403)	(1.254.715)	-	-	(83.825.538)
Valor líquido contábil:							
Em 31 de dezembro de 2017	34.637.578	214.283.591	234.062	784.353	152.780	2.401.597	252.493.961
Em 31 de dezembro de 2018	35.545.421	205.258.382	234.512	901.697	3.184.215	1.575.588	246.699.815

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 da controladora e consolidado  
(Em Reais)

	Terrenos e Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Bens de Reparo e Conservação	Total
<b>Custo</b>							
Saldo em 1º de janeiro de 2017	34.827.453	229.563.388	461.571	1.865.523	1.031.845	-	267.749.780
Adições	18.245	488.598	-	34.067	50.067.327	2.401.597	53.009.833
Alienações	-	(836)	-	-	-	-	(836)
Transferências	2.581.397	48.364.994	-	-	(50.946.391)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>37.427.096</u>	<u>278.416.144</u>	<u>461.571</u>	<u>1.899.590</u>	<u>152.781</u>	<u>2.401.597</u>	<u>320.758.777</u>
Adições	-	5.668	-	-	10.195.734	(429.158)	9.772.245
Aquisição de controlada	126.548.583	147.072.460	1.502.025	-	-	-	275.123.068
Transferências	1.458.478	5.824.506	21.344	256.823	(7.164.299)	(396.851)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>165.434.156</u>	<u>431.318.778</u>	<u>1.984.940</u>	<u>2.156.412</u>	<u>3.184.216</u>	<u>1.575.588</u>	<u>605.654.090</u>
<b>Depreciação:</b>							
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(2.283.932)	(52.885.262)	(206.614)	(977.615)	-	-	(56.353.423)
Depreciação no exercício	(505.585)	(11.247.401)	(20.895)	(137.622)	-	-	(11.911.503)
Alienações	-	110	-	-	-	-	110
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(2.789.517)</u>	<u>(64.132.553)</u>	<u>(227.509)</u>	<u>(1.115.237)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(68.264.816)</u>
Aquisição de controlada	(4.865.255)	(5.542.528)	(153.188)	-	-	-	(10.560.971)
Depreciação no exercício	(550.636)	(14.849.715)	(20.895)	(139.478)	-	-	(15.560.723)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(8.205.408)</u>	<u>(84.524.796)</u>	<u>(401.591)</u>	<u>(1.254.715)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(94.386.510)</u>
<b>Valor líquido contábil:</b>							
Em 31 de dezembro de 2017	34.637.579	214.283.591	234.062	784.352	152.781	2.401.597	252.493.962
Em 31 de dezembro de 2018	<u>157.228.749</u>	<u>346.793.981</u>	<u>1.583.349</u>	<u>901.697</u>	<u>3.184.216</u>	<u>1.575.588</u>	<u>511.267.580</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 da controladora e consolidado  
(Em Reais)

## 19. Partes relacionadas

## Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados, que inclui honorários da diretoria e premiação por alcance de metas, foi de R\$ 2.012.447 (R\$ 962.224 em 2017).

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

## Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica/odontológica, farmácia, educação, entre outros.

Os montantes referentes a benefícios a empregados registrados em despesas administrativas e custo do produto vendido no resultado estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
Alimentação do trabalhador	4.317.559	3.753.791	4.317.559
Participação nos lucros	523.020	808.350	523.020
Assistência médica/odontológica	2.047.521	1.864.723	2.047.521
Seguro de vida em grupo	253.166	216.259	253.166
Total	<u>7.141.266</u>	<u>6.643.123</u>	<u>7.141.266</u>

## 20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
Mercado interno	16.580.551	11.740.271	17.145.235
Mercado externo	2.693.681	9.312.500	2.693.681
Ajuste a valor presente - AVP	(30.421)	(179.659)	(30.421)
Total	<u>19.243.811</u>	<u>20.873.112</u>	<u>19.808.495</u>

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 30.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 da controladora e consolidado  
(Em Reais)

## 21. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 30.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Bancos/contratos	Número do Contrato	Data vencimento	Modalidade	Taxas		Saldo em 31/12/2017	Adições		Amortizações		Saldo em 31/12/2018	Prazos	
				Base	Spread ao Ano		Valor liberado no exercício	Juros e variação cambial provisionados	Principal	Juros		Circulante	Não circulante
Banco Itau	1906077019	11/04/2018	4131	CDI - POS	3,66%	1.713.132	-	41.518	1.713.769	40.881	-	-	-
Banco Itau	1995877014	09/01/2018	4131	CDI- POS	9,38%	1.094.341	-	6.808	1.055.647	45.498	-	-	-
Banco Itau	2030577015	11/05/2018	4131	CDI- POS	6,42%	373.094	-	21.695	382.849	11.941	-	-	-
Banco Itau	2030977017	11/05/2018	4131	CDI- POS	6,42%	1.080.732	-	62.844	1.108.985	34.590	-	-	-
Banco Itau	2146177015	03/08/2020	4131	CDI- POS	3,00%	15.129.423	-	2.435.556	5.521.003	258.188	11.785.787	5.973.587	5.812.200
Banco ABC	4086616	10/04/2019	Capital de Giro	CDI - POS	5,54%	4.259.235	-	307.403	3.238.851	261.383	1.066.404	1.066.404	-
Banco Safra	1056280	12/11/2018	Capital de Giro	CDI - POS	4,28%	1.883.649	-	88.922	1.888.637	83.935	-	-	-
Itau-Semco	65680052	15/08/2021	Finame	PRE	6,04%	45.115	-	1.770	45.000	1.885	-	-	-
Itau -Maq	65690052	15/08/2021	Finame	PRE	6,04%	14.436	-	566	14.400	603	-	-	-
Itau-Korper	59720052	15/08/2021	Finame	PRE	6,04%	276.225	-	10.839	275.520	11.545	-	-	-
Itau-Gardner	59730052	15/08/2021	Finame	PRE	6,04%	440.990	-	17.304	439.863	18.431	-	-	-
Itau-Arko	77950092	15/09/2021	Finame	PRE	6,04%	134.641	-	5.297	134.297	5.641	-	-	-
Itau-Somov	77940052	15/09/2021	Finame	PRE	6,04%	366.662	-	14.424	365.726	15.361	-	-	-
Itau-Weg	65670052	31/08/2021	Finame	PRE	6,04%	160.217	-	6.287	159.808	6.697	-	-	-
Itau-KSB	59740052	15/08/2021	Finame	PRE	6,04%	41.764	-	1.639	41.658	1.745	-	-	-
Itau-Boldrocchi	77940052	30/0/2021	Finame	PRE	6,04%	119.965	-	4.719	119.658	5.027	-	-	-
Itau-Saturno	77910052	15/10/2021	Finame	PRE	6,04%	87.415	-	3.447	87.192	3.669	-	-	-
Banco Itau	2216177010	19/04/2022	4131	CDI-POS	2,18%	-	50.509.540	4.777.065	8.418.257	1.277.206	45.591.142	13.687.632	31.903.510
Banco Bradesco	1171802006	23/04/2021	4131	CDI-POS	2,18%	-	51.414.128	5.393.593	9.997.192	1.397.873	45.412.656	20.441.709	24.970.947
Banco do Brasil	178333632	05/02/2022	4131	CDI-POS	1,83%	-	51.229.500	1.964.347	7.470.969	602.293	45.120.585	13.206.024	31.914.561
(-) Enc.financeiros							(1.088.284)	166.604	-	-	(921.680)	(289.091)	(632.589)
Total geral						<u>27.221.036</u>	<u>152.064.884</u>	<u>15.332.647</u>	<u>42.479.281</u>	<u>4.084.392</u>	<u>148.054.894</u>	<u>54.086.265</u>	<u>93.968.629</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em Reais)

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm os seguintes cronogramas de vencimento:

Ano de vencimento:	2018	2017
2018	-	15.864.477
2019	54.086.265	6.242.823
2020	51.129.486	4.793.344
2021	32.863.050	320.392
2022	9.976.093	-
Total	<u>148.054.894</u>	<u>27.221.036</u>

### Garantias

Abaixo são demonstradas as garantias oferecidas pela Companhia por modalidades de empréstimos:

Modalidade	Garantia
Capital de giro	Aval Quatroefe e duplicatas (30%)
Finame	Garantidos pelos equipamentos

As os valores acima captados em moeda estrangeira através das operações 4131, atrelado a contrato de Swap com indexador de CDI + Spread, tem como garantia as seguintes condições por entidade financeira:

- Banco Itaú S.A. - aplicação financeira de Uma PMT + Caução de 15% sobre o saldo devedor em recebíveis de clientes + Aval do acionista Quatroefe.
- Banco Bradesco S.A. - aplicação financeira de Uma PMT + Caução de 18% sobre o saldo devedor em recebíveis de clientes + Aval do acionista Quatroefe.
- Banco do Brasil S.A. - fluxo de recebíveis das vendas performadas relativas ao contrato de fornecimentos para a Ambev S.A. + Caução de 10% sobre o saldo devedor em recebíveis de clientes + Aval do acionista Quatroefe.

## 22. Debêntures a pagar

	2018	2017
Debêntures a pagar (passivo circulante)	3.000.000	29.710.606
(-) Custo de transação a incorrer	(484.631)	(1.043.623)
Total	<u>2.515.369</u>	<u>28.666.983</u>
Debêntures a pagar (passivo não circulante)	197.000.000	76.112.536
(-) Custo de transação a incorrer	(2.060.679)	(2.739.154)
Total	<u>194.939.321</u>	<u>73.373.382</u>
Total das Debentures a pagar	<u>197.454.690</u>	<u>102.040.365</u>

1ª Emissão de Debêntures:

Em 15 de julho de 2014, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM 476.

Foram emitidas 13.400 (treze mil e quatrocentas) debêntures, ao valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$134.000.000,00 (cento e trinta e quatro milhões de reais), feita com uma sindicalização de Bancos composta pelo Banco do Brasil, Banco Votorantim, Banco Bradesco e Banco Itaú, cujo mandatário foi o Banco do Brasil.

A Emissão de debêntures no valor de R\$ 134.000.000,00 (cento e trinta e quatro milhões de reais), possuía prazo para pagamento com carência de 18 (dezoito) meses e 66 (sessenta e seis) meses para amortização. Esses recursos agregados ao saldo anterior, ao aporte de capital dos acionistas e geração de caixa da Companhia foram integralmente utilizados na nova planta industrial, que entrou em operação em novembro de 2014.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidiam juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP, acrescidos de um spread equivalente a 4,85% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário.

A Companhia estava sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes no contrato de emissão dessas debêntures como segue:

- Descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária previstas na Escritura de Emissão e/ou em qualquer Instrumento de Garantia relacionada às Debêntures, não sanado na respectiva data de vencimento;
- Decretação de falência da Emissora e Quatroefe, pedido de autofalência pela Emissora, pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal, pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- Extinção, liquidação ou dissolução da Emissora;
- Manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive as contribuições devidas ao PIS/PASEP, COFINS e FGTS;
- Enviar periodicamente aos Debenturistas, balanços, balancetes, informações sobre a Companhia;

- Ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora realize qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso (i) o Projeto não tenha entrado em operação; (ii) a Emissora esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e nos Instrumentos de Garantia, incluindo mas não se limitando ao Covenant Financeiro (conforme abaixo definido) e, (iii) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, não observe o mínimo 1,2;
- O valor total do endividamento financeiro líquido da Companhia, em relação ao EBITDA anual não poderá ultrapassar os seguintes limites: em 2014 de 4,0x, em 2015 de 3,5x e de 2016 a 2019 de 3x;
- A Companhia não poderá ter declarado antecipado nenhuma dívida ou obrigação com valor igual ou superior à R\$ 5.000.000;
- A Companhia não poderá fazer alteração do objeto social que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticada e nem ter ocorrência de qualquer alteração no controle acionário direto ou indireto, sem a prévia e expressa anuência de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente para esse fim;
- A Companhia não poderá emitir títulos ou valores mobiliários representativos de dívida; e
- Serão passíveis de penalidades por parte dos debenturistas: Se a Companhia efetuar investimentos em outras sociedades, emitir debêntures conversíveis em ações, celebrar ou amortizar contratos e mútuos, fazer cisão, fusão ou incorporação de ações, fazer redução de capital social, vender, locar ou ceder totalidade ou parte dos ativos, ter protestos de títulos com valor superior a R\$1.000.000 (um milhão de reais) e transformação de sociedade anônima para sociedade limitada.

A Companhia obteve junto aos debenturistas, em assembleia geral dos titulares das debentures, realizada em 15 de julho de 2016, uma carência adicional para o pagamento da amortização das debentures da seguinte forma:

- De 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2017 foram amortizados 10% do valor mensal inicialmente contratado, passando de R\$ 2.000.620,00 para R\$ 200.062,00 mensais; e
- A partir de 15 de agosto de 2017 a amortização passou a R\$ 2.440.140,00 mensais, de modo a compensar o período de amortização reduzida, mantendo o prazo final do contrato inalterado.

Em 14 de maio de 2018, a Companhia efetuou o resgate total antecipado das debêntures em circulação, com a obtenção do termo de liberação das garantias.



2ª Emissão de Debêntures:

Em 01 de outubro de 2018, a Companhia efetuou a 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM 476.

Foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures, ao valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) na data da emissão, totalizando R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. e BB-Banco de Investimento S.A.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, em 54 (cinquenta e quatro) parcelas, a partir do 12º (décimo segundo) mês a contar da Data de Emissão, sendo a primeira em 1 de novembro de 2019 e a última na Data de Vencimento ou na data de eventual resgate antecipado facultativo, aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo os pagamentos devidos no dia 1º (primeiro) de cada mês até a Data de Vencimento, sendo o primeiro pagamento em 1 de novembro de 2018.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada diariamente pela B3 no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.B3.com.br>), acrescidos de um spread equivalente a 2,60% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário.

Dos recursos oriundos das debêntures, R\$170.000.000 (cento e setenta milhões de reais) foram utilizados para aquisição de planta pré-operacional da Indústria Vidreira do Nordeste Ltda. ("IVN") e o saldo remanescente para reforço de caixa da Companhia.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes na Escritura de Emissão de Debêntures como segue:

- descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária previstas na Escritura de Emissão e/ou em qualquer Instrumento de Garantia relacionada às Debêntures, não sanado no prazo de até 2 (dois) dias contado da respectiva data de vencimento;

- decretação de falência da Emissora e/ou da Quatroefe, pedido de autofalência pela Emissora e/ou da Quatroefe, pedido de falência da Emissora e/ou da Quatroefe formulado por terceiros não elidido no prazo legal, pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora e/ou pela Quatroefe, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- extinção, liquidação ou dissolução da Emissora e/ou Quatroefe;
- declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Emissora e/ou sua controladora e/ou suas controladas, coligadas, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$9.000.000 (nove milhões de reais) atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão;
- ressalvado o pagamento do dividendo mínimo equivalente a 20% (vinte por cento) do lucro líquido da Emissora, conforme previsto no Estatuto Social da Emissora, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora realize qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas;
- mudança ou alteração do objeto social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por elas praticadas, sem o prévio consentimento de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- ocorrência de qualquer alteração no controle acionário direto ou indireto da Emissora, sem a prévia e expressa anuência de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Entende-se como "controle" o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- se a Emissora e/ou sua controladora e/ou suas controladas e/ou suas coligadas, inadimplir qualquer dívida financeira, observado o prazo de cura aplicável, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$9.000.000,00 (vinte milhões de reais) atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão;
- se a Emissora efetuar investimento, direto ou indireto, em outras sociedades, aquisição e alienação de participações societárias, ou criação de subsidiárias, sem o prévio consentimento de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, exceto a aquisição da IVN;
- se a Emissora e/ou a IVN celebrarem e/ou amortizarem mútuos, empréstimos, adiantamentos (inclusive adiantamentos para futuro aumento de capital) com terceiros, sem o prévio consentimento de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, exceto a realização de mútuos entre a Emissora e a IVN;

- se a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações decorrentes das Debêntures e/ou previstas na Escritura de Emissão e/ou em qualquer Instrumento de Garantia, sem a prévia anuência de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- cisão, fusão, incorporação de ações, ou ainda, incorporação da Emissora, da IVN (exceto pela incorporação da IVN pela Emissora) e/ou da Quatroefe por outra companhia, sem a prévia e expressa autorização de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- redução do capital social da Emissora e/ou da IVN (após a aquisição desta pela Emissora) sem a prévia e expressa autorização de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- transformação da Emissora de sociedade anônima para sociedade limitada ou qualquer outro tipo de sociedade, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- caso os Instrumentos de Garantia ou seu objeto, integral ou parcialmente, por qualquer fato, tornem-se inválidos, inexecutáveis, inábeis ou impróprios para assegurar o pagamento das Debêntures, exceto se os mesmos forem substituídos por garantias satisfatórias a titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa da descrita na Escritura de Emissão;
- invalidade, nulidade ou inexecutabilidade da Escritura de Emissão ou da Fiança;
- questionamento judicial pela Companhia e/ou pelo Fiador e/ou por sua controladora e/ou suas controladas e/ou suas coligadas, da Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Instrumentos de Garantia e/ou de qualquer das Garantias (incluindo a Fiança);
- não constituição das Garantias Reais, conforme prazos e condições previstas nos respectivos Instrumentos de Garantia;
- se as declarações e garantias prestadas pela Emissora, forem descumpridas e/ou provarem-se falsas;

- com relação a qualquer das Garantias e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos dos Instrumentos de Garantia, conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima (“Ônus”)) (exceto pelas Garantias), em qualquer dos casos aqui previstos, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico.

Em 18 de fevereiro de 2019 foi realizado o Primeiro Aditamento da Escritura de 2ª Emissão de Debêntures, com o único fim de formalizar o cumprimento da convocação das debêntures da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória para da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, passando referido instrumento a denominar-se: “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição”.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atende a todas as suas cláusulas contratuais restritivas.

Nesta 2ª Emissão de Debêntures foram dadas as seguintes garantias:

- 1 - Alienação Fiduciária de todas as quotas de Emissão da IVN - Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.
- 2 - Alienação Fiduciária da totalidade dos imóveis industriais de propriedade da Vidroporto S.A.
- 3 - Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Vidroporto sobre as vendas oriundas do Contrato de Fornecimento de garrafas de vidro celebrado entre a Companhia e HNK BR Industria de Bebidas Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em Reais)

4 - Aval do acionista Quatroefe:

- Após o início da atividade da IVN, uma vez cumpridas as condições presentes do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures acima citado, ou seja, atingimento do faturamento anual de R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais) e faturamento mensal para a HNK, a alienação fiduciária do imóvel de propriedade da Vidroporto poderá ser substituída pela alienação fiduciária do imóvel industrial de propriedade da IVN.

Adicionalmente poderá substituir a Cessão Fiduciária dos direitos creditórios da Vidroporto pela Cessão Fiduciária dos direitos creditórios da IVN sobre as vendas para a HNK.

23. Impostos e contribuições sociais a recolher

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
COFINS	(1.439.059)	(1.437.961)	(1.441.742)
CSSL	(4.344)	(116.477)	(219.439)
FGTS	(249.645)	(197.519)	(257.548)
ICMS	(3.403.691)	(3.132.798)	(3.403.691)
INSS	(804.622)	(720.458)	(862.469)
IPI	(4.993.952)	(4.099.997)	(4.993.952)
IRPJ	-	(152.137)	(446.410)
IRRF	(304.633)	(143.108)	(306.210)
ISS	(12.955)	(10.094)	(18.323)
PIS	(310.929)	(311.997)	(311.510)
Outros	(51.823)	(49.092)	(51.823)
	<u>(11.575.652)</u>	<u>(10.371.638)</u>	<u>(12.313.116)</u>

24. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 171.803.649 (R\$ 140.191.227 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 164.875.209 ações ordinárias (idêntico em 2017), todas nominativas, sem valor nominal, não conversíveis para qualquer outra forma.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em Reais)

## Reserva de retenção de lucros

A destinação do saldo de reserva de retenção de lucros será deliberada segundo a proposta dos órgãos da Administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas que aprovar as demonstrações contábeis conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 08.

## Dividendos

De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo não inferior a 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

As bases dos dividendos podem ser assim demonstradas:

	Controladora	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	111.746.565	36.152.271
(-) Ganho por compra vantajosa	(86.061.671)	-
(-) Equivalência patrimonial	(7.879.405)	-
(=) Resultado operação	33.564.299	36.152.271
(-) Constituição de reserva legal - 5%	(1.678.215)	(1.807.614)
(=) Lucro líquido ajustado	31.886.084	34.344.657
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	20%	20%
Dividendo mínimo obrigatório - 20%	6.377.217	6.868.931
(-) Juros sobre capital próprio, líquido IRRF	(1.120.000)	(706.416)
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	5.257.217	6.162.515

## 25. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
Receita bruta fiscal	365.060.003	337.496.803	365.111.751
Menos:			
Impostos sobre vendas	(93.908.431)	(86.247.804)	(93.919.455)
Devoluções e abatimentos	(1.979.020)	(1.693.998)	(1.979.019)
Total	<u>269.172.552</u>	<u>249.555.001</u>	<u>269.213.276</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em Reais)

## 26. Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
Combustíveis/energéticos	63.127.460	52.708.587	63.208.716
Matérias primas	52.494.727	55.872.770	55.287.800
Mão de obra e encargos	24.464.629	22.639.211	24.606.024
Depreciações	15.428.245	11.558.188	15.428.245
Materiais de manutenção	5.534.560	4.125.896	5.724.447
Materiais de embalagens	5.190.544	3.319.402	8.985.849
Alimentação ao trabalhador	2.880.291	2.533.906	2.880.291
Assistência médica	2.052.233	1.709.526	2.052.233
Materiais auxiliares	7.547.450	4.882.084	7.692.732
Prestação de serviços	3.579.210	1.853.720	3.728.756
Materiais de uso e consumo	636.809	715.233	639.715
Materiais de segurança	311.956	252.917	320.409
Seguro de vida em grupo	65.855	66.664	65.855
Outros custos	1.483.898	1.469.519	1.608.755
<b>Total</b>	<b>184.797.867</b>	<b>163.707.623</b>	<b>192.229.847</b>

## 27. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
Despesas com pessoal	7.059.974	5.189.146	7.122.032
Benefícios sociais	1.752.022	1.722.322	1.752.022
Serviços de terceiros	2.418.094	1.227.319	5.439.068
Consumo de materiais	1.362.918	1.315.387	1.362.918
Energia elétrica	157.322	134.983	157.322
Despesas tributárias	269.254	196.170	269.254
Despesas com comunicações	70.557	61.986	70.557
Viagens e representações	384.231	134.366	384.231
Depreciação e amortização	144.068	131.398	144.068
Despesas indedutíveis	92.933	21.824	92.933
Outras despesas	442.175	425.121	442.176
<b>Total</b>	<b>14.153.548</b>	<b>10.560.022</b>	<b>17.236.581</b>

## 28. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
Receitas financeiras			
Receitas sobre aplicações financeiras	3.288.106	2.058.382	3.288.106
Ganhos com derivativos - NDF's (nota 23)	-	235.777	-
Ganhos com derivativos - Swap (nota 23)	10.165.871	3.803.743	10.165.871
Ajuste a valor presente de clientes	-	928.814	-
Ajuste a valor presente de fornecedores	(149.238)	179.659	(149.238)
Variação cambial positiva	27.432.514	1.988.661	27.432.514
Outros	359.778	250.412	359.778
	<b>41.097.031</b>	<b>9.445.448</b>	<b>41.097.031</b>
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	(21.973.972)	(28.312.081)	(21.973.972)
Variação cambial negativa	(39.111.339)	(1.557.843)	(39.111.339)
Descontos concedidos	(1.986)	(13.330)	(1.986)
Despesas bancárias	(236.379)	(143.832)	(236.379)
Despesas com cobrança	(41.112)	(33.135)	(41.112)
Juros/multa de mora	(25.429)	(79.642)	(25.429)
	<b>(61.390.217)</b>	<b>(30.139.863)</b>	<b>(61.390.217)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(20.293.186)</b>	<b>(20.694.415)</b>	<b>(20.293.186)</b>

## 29. Contingências

A Companhia e sua controlada, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avaliam as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras demandas administrativas e judiciais sobre as quais não foram constituídas provisões para fazer em face de eventuais perdas, tendo por base a orientação de seus consultores jurídicos, que classificam essas demandas como de provável ou possível êxito.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) à opinião dos assessores jurídicos da Companhia, à natureza dos processos e à experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
Cíveis	1.078.414	1.078.414	1.078.414
Trabalhistas	1.027.227	796.546	1.038.069
Total	<u>2.105.641</u>	<u>1.874.960</u>	<u>2.116.483</u>

### Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 51.732 em 2018 (R\$ 34.718 em 2017), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## 30. Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em Reais)

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de dezembro de 2018	Controladora	Consolidado
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	63.946.032	64.163.968
Outros Investimentos	5.390.417	5.390.417
Instrumentos financeiros derivativos	8.715.212	8.715.212
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Contas a receber de clientes	104.209.384	104.209.384
Outros créditos	2.575.941	2.599.085
Total	<u>184.836.987</u>	<u>185.078.067</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores e outras contas a pagar	20.919.997	21.484.682
Empréstimos e financiamentos	148.054.894	148.054.894
Debêntures a pagar	197.454.690	197.454.690
Total	<u>366.429.581</u>	<u>366.994.266</u>
	<u>Controladora</u>	
31 de dezembro de 2017		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa		27.517.050
Outros Investimentos		8.338.564
Instrumentos financeiros derivativos		82.138
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Contas a receber de clientes		60.155.883
Outros créditos		1.995.821
Total		<u>98.089.456</u>
		<u>Controladora</u>
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores e outras contas a pagar		21.320.159
Empréstimos e financiamentos		27.221.036
Debêntures a pagar		102.040.365
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos		1.532.797
Total		<u>152.114.357</u>

b. Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar possuem o valor justo que se aproximam do valor justo. Os contratos de swap são atualizados ao seu valor futuro, com base nas taxas e índices contratados, e descontados ao seu valor presente pelas taxas de Mercado divulgadas por fontes externas (BM&FBovespa), pelo prazo a decorrer.

Em nenhum ano, a Companhia efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda;
- Risco operacional;

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

d. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em Reais)

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia que identifica, avalia e procura minimizar os riscos financeiros resultantes das atividades comerciais e operacionais, em conjunto com a diretoria. As estratégias tomadas referentes aos endividamentos são discutidas e aprovadas em reuniões mensais do conselho de administração. As demais estratégias tomadas são apresentadas na Assembleia de acionistas que tomam ciência das decisões tomadas. A diretoria estabelece as diretrizes para o futuro, baseadas, principalmente, no planejamento de produção e nas estratégias de comercialização.

As políticas de gestão de risco, embora não formalmente documentadas, refletem os princípios para a gestão de risco definidos pelo conselho de administração e diretoria.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A Companhia não exige garantias com relação à Contas a receber e outros recebíveis como é a prática de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, os clientes mais relevantes da Companhia, representado por 5 clientes, são responsáveis por R\$ 91.282.479 (R\$ 49.422.477 em 2017) do saldo contábil de Contas a receber de clientes, o que representa 67% (82% em 2017) do saldo total do seu contas a receber.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado
		2018	2017	2018
Caixa e saldos bancários	11	7.547.062	1.074.206	7.764.998
Aplicações financeiras	11	56.398.970	26.442.844	56.398.970
Contas a receber de clientes	12	104.209.384	60.155.883	104.209.384
Total		168.155.416	87.672.933	168.373.352

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em Reais)

## (ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e sua controlada irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia e sua controlada utilizam o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um longo período, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Controladora Em 31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	19.243.811	19.243.811	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	148.054.894	54.086.266	83.992.536	9.976.092	-
Debêntures a pagar	197.454.690	2.515.369	59.629.410	135.309.911	-
Outras contas a pagar	1.676.186	1.676.186	-	-	-
Consolidado Em 31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	19.808.495	19.808.495	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	148.054.894	54.086.266	83.992.536	9.976.092	-
Debêntures a pagar	197.454.690	2.515.369	59.629.410	135.309.911	-
Outras contas a pagar	1.676.186	1.676.186	-	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em Reais)

Em 31 de dezembro de 2017	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	20.873.112	20.873.112	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	27.221.036	15.860.167	11.036.167	324.702	-
Debêntures a pagar	102.040.365	28.666.983	56.473.255	16.900.127	-
Outras contas a pagar	447.047	447.047	-	-	-

## (iii) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

## Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativas as oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Os ativos e passivos expostos a variações das taxas de juros são os seguintes:

	Nota	Controladora		Consolidado
		2018	2017	2018
Aplicações financeiras	11	56.398.970	26.442.844	56.398.970
Empréstimos e financiamentos e Debêntures a pagar	20 e 21	(345.509.584)	(129.261.401)	(345.509.584)
Déficit apurado		<u>(289.110.614)</u>	<u>(102.818.557)</u>	<u>(289.110.614)</u>

## Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variação cambial e de taxas de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2018.

Desta forma o quadro abaixo demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro:

	Cenário I		Cenário II				Cenário III			
			Incremento		Deterioração		Incremento		Deterioração	
	Taxa (%)	Saldo	Taxa (%)	Saldo	Taxa (%)	Saldo	Taxa (%)	Saldo	Taxa (%)	Saldo
Empréstimos e financiamentos										
Capital de giro (CDI)	12,00	148.976.574	15,00	22.346.486	9,00	13.407.892	18,00	26.815.783	6,00	8.938.594
Debêntures	12,00	200.000.000	15,00	30.000.000	9,00	18.000.000	18,00	36.000.000	6,00	12.000.000
Efeito Líquido				<u>52.346.486</u>		<u>31.407.892</u>		<u>62.815.783</u>		<u>20.938.594</u>

## (iv) Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia contratou operações relativas a instrumentos financeiros como hedge para tais fins.

## (v) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

## Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018
Total do passivo	478.902.586	205.663.663	480.315.867
Caixa e equivalentes de caixa	(63.946.032)	(27.517.050)	(64.163.968)
Dívida líquida (A)	414.956.554	178.146.613	416.151.899
Total do patrimônio líquido (B)	284.310.913	177.116.362	284.311.657
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	1,46	1,01	1,46

## Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta ao risco cambial do fluxo de caixa futuro em moeda estrangeira, devido à captação de empréstimos em moeda estrangeira. Com o objetivo de mitigar este risco, a Companhia adota procedimentos de cobertura baseada na exposição cambial calculada pelo valor dos empréstimos em moeda estrangeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em Reais)

Os acionistas aprovaram a contratação de contrato de swap, com o mesmo prazo de duração dos contratos de empréstimos com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia designou os instrumentos financeiros derivativos de swap para a cobertura de risco de taxas, conforme demonstrado:

Derivativo	Nocional	Ponta ativa % a.a.	Ponta passiva % a.a.	Mercado	Vencimento	31/12/2018
Swap	2.414.862	Δ US\$ + Spread	100,00% do CDI	CETIP	08/02/2019	390.342
Swap	2.313.995	Δ US\$ + Spread	100,00% do CDI	CETIP	07/08/2019	350.911
Swap	2.216.332	Δ US\$ + Spread	100,00% do CDI	CETIP	03/02/2020	306.811
Swap	2.122.768	Δ US\$ + Spread	100,00% do CDI	CETIP	03/08/2020	265.847
Swap	1.215.796	Δ US\$ + Spread	100,00% do CDI	CETIP	01/02/2019	78.567
Swap	1.193.299	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	06/03/2019	77.106
Swap	1.150.499	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	02/04/2019	74.708
Swap	1.157.595	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	02/05/2019	75.166
Swap	1.158.223	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	03/06/2019	75.129
Swap	1.128.752	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	01/07/2019	72.961
Swap	1.129.550	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	31/07/2019	72.558
Swap	1.120.365	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	30/08/2019	71.819
Swap	1.115.639	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	30/09/2019	70.939
Swap	1.097.850	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	29/10/2019	68.880
Swap	1.097.345	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	29/11/2019	68.028
Swap	1.088.160	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	30/12/2019	67.327
Swap	1.067.796	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	27/01/2020	65.478
Swap	1.066.885	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	26/02/2020	64.824
Swap	1.058.235	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	27/03/2020	63.848
Swap	1.052.953	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	27/04/2020	63.104
Swap	1.037.859	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	26/05/2020	61.651
Swap	1.032.717	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	25/06/2020	60.739
Swap	1.030.052	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	27/07/2020	60.014
Swap	1.010.366	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	24/08/2020	58.242
Swap	1.007.829	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	23/09/2020	57.543
Swap	999.668	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	23/10/2020	56.563
Swap	993.848	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	23/11/2020	55.279
Swap	981.282	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	22/12/2020	53.664
Swap	975.585	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	21/01/2021	52.879
Swap	971.391	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	22/02/2021	52.326
Swap	956.164	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	22/03/2021	50.960
Swap	953.656	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	22/04/2021	50.405
Swap	942.801	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	21/05/2021	49.340
Swap	938.026	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	21/06/2021	48.439
Swap	927.834	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	20/07/2021	47.288
Swap	921.601	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	19/08/2021	46.135
Swap	915.948	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	20/09/2021	45.165
Swap	904.926	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	18/10/2021	43.917
Swap	899.365	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	17/11/2021	43.105
Swap	892.068	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	17/12/2021	41.971
Swap	885.611	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	18/01/2022	40.558
Swap	876.885	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	15/02/2022	39.457
Swap	870.512	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	17/03/2022	38.720
Swap	863.482	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	19/04/2022	37.563
Swap	41.416.929	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	04/01/2019	55.944
Swap	39.988.757	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	04/02/2019	49.843
Swap	38.560.586	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	06/03/2019	62.419
Swap	37.132.415	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	05/04/2019	45.466
Swap	35.704.243	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	03/05/2019	88.746
Swap	34.276.072	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	03/06/2019	77.870
Swap	32.847.900	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	03/07/2019	75.721
Swap	31.419.729	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	02/08/2019	74.740
Swap	29.991.558	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	03/09/2019	91.664
Swap	28.563.386	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	02/10/2019	87.729

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em Reais)

Swap	27.135.215	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	31/10/2019	93.357
Swap	25.707.044	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	29/11/2019	110.770
Swap	24.278.872	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	30/12/2019	122.061
Swap	22.850.701	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	29/01/2020	109.017
Swap	21.422.529	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	28/02/2020	122.558
Swap	19.994.358	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	30/03/2020	125.323
Swap	18.566.187	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	29/04/2020	129.446
Swap	17.138.015	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	29/05/2020	130.593
Swap	15.709.844	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	26/06/2020	144.690
Swap	14.281.673	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	27/07/2020	144.178
Swap	12.853.501	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	26/08/2020	147.435
Swap	11.425.330	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	25/09/2020	161.152
Swap	9.997.158	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	26/10/2020	175.230
Swap	8.568.987	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	25/11/2020	178.421
Swap	7.140.816	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	23/12/2020	188.338
Swap	5.712.644	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	22/01/2021	197.761
Swap	4.284.473	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	22/02/2021	208.252
Swap	2.856.302	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	24/03/2021	214.392
Swap	1.428.130	US\$ + SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	23/04/2021	225.965
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	28/01/2019	
	43.770.485	+SPREAD				(149.968)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	27/02/2019	
	42.704.911	+SPREAD				(168.889)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	28/03/2019	
	41.639.338	+SPREAD				(122.080)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	26/04/2019	
	40.573.764	+SPREAD				(124.362)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	28/05/2019	
	39.508.190	+SPREAD				(116.388)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	27/06/2019	
	38.442.617	+SPREAD				(112.292)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	26/07/2019	
	37.377.043	+SPREAD				(104.482)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	28/08/2019	
	36.311.470	+SPREAD				(103.821)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	27/09/2019	
	35.245.896	+SPREAD				(95.282)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	28/10/2019	
	34.180.322	+SPREAD				(72.937)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	28/11/2019	
	33.114.749	+SPREAD				(70.319)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	27/12/2019	
	32.049.175	+SPREAD				(46.246)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	28/01/2020	
	30.983.602	+SPREAD				(48.610)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	27/02/2020	
	29.918.028	+SPREAD				(34.341)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	27/03/2020	
	28.852.454	+SPREAD				(34.571)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	28/04/2020	
	27.786.881	+SPREAD				(18.279)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	28/05/2020	
	26.721.307	+SPREAD				(21.364)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	26/06/2020	
	25.655.734	+SPREAD				(3.205)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	28/07/2020	
	24.590.160	+SPREAD				(12.269)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	27/08/2020	
	23.524.586	+SPREAD				(1.462)
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	28/09/2020	
	22.459.013	+SPREAD				22.038
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	28/10/2020	
	21.393.439	+SPREAD				30.951
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	27/11/2020	
	20.327.866	+SPREAD				41.865
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	28/12/2020	
	19.262.292	+SPREAD				64.477
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	28/01/2021	
	18.196.718	+SPREAD				55.748
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	25/02/2021	
	17.131.145	+SPREAD				88.690
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	26/03/2021	
	16.065.571	+SPREAD				84.618
Swap		Euro (€)	100,00% do CDI	CETIP	28/04/2021	
	14.999.998	+SPREAD				102.346



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em Reais)

Swap	13.934.424	Euro (€) +SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	27/05/2021	111.013
Swap	12.868.850	Euro (€) +SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	28/06/2021	126.340
Swap	11.803.277	Euro (€) +SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	28/07/2021	132.161
Swap	10.737.703	Euro (€) +SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	30/08/2021	142.396
Swap	9.672.130	Euro (€) +SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	28/09/2021	164.625
Swap	8.606.556	Euro (€) +SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	28/10/2021	174.091
Swap	7.540.982	Euro (€) +SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	26/11/2021	190.779
Swap	6.475.409	Euro (€) +SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	28/12/2021	195.885
Swap	5.409.835	Euro (€) +SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	28/01/2022	206.186
Swap	4.344.262	Euro (€) +SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	25/02/2022	221.190
Swap	3.278.688	Euro (€) +SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	28/03/2022	233.339
Swap	2.213.114	Euro (€) +SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	28/04/2022	240.222
Swap	1.147.541	Euro (€) +SPREAD	100,00% do CDI	CETIP	05/05/2022	272.062
Ativo não circulante						<u>8.715.212</u>

### Impacto no resultado

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dos instrumentos financeiros derivativos no resultado do exercício. Desta forma, os impactos contabilizados no resultado foram de:

Derivativo	Mercado	Risco	Referência	2018
Swap	CETIP	CDI	(nota 27)	8.715.212
(-) IR/CS diferidos				(2.963.171)
Efeito Líquido no resultado da Companhia				<u>5.752.041</u>

### 31. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03.

#### a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e sua controlada, saldos em poder de banco e aplicações financeiras de curto prazo.

#### b. Ativo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 9.766.578 (R\$ 53.009.834 em 2017), dos quais R\$ 0,00 (R\$ 8.761.260 em 2017) encontram-se em aberto na rubrica de fornecedores, não afetando o caixa da Companhia.

32. Aspectos ambientais

As instalações da Companhia e sua controlada são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e sua controlada diminuí os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

33. Eventos Subsequentes

Exceto pelo assunto mencionado na nota explicativa nº 22 referente ao aditamento da 2ª emissão de debêntures, a Companhia e sua controlada não identificaram eventos subsequentes às demonstrações contábeis que mereçam ajustes e/ou divulgações.